

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. Baixa de iniciativas – indicação de discussão (Comissão ou Plenário)

[Projeto de Resolução n.º 655/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo o reforço das relações entre Portugal e Taiwan.

[Projeto de Resolução n.º 717/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - Pelo cumprimento do acordo de cessar-fogo em Gaza e de abertura de uma solução política para o conflito.

3. Distribuição e nomeação de relator das seguintes iniciativas:

[Projeto de Lei n.º 531/XVI/1.ª \(BE\)](#) - Proibição da importação ou venda de bens, serviços e recursos naturais originários de colonatos ilegais em territórios ocupados.

Deputado relator: PS

Apresentação e discussão do parecer em Comissão: 25 de fevereiro

Arrastamento para o Plenário: 28 de fevereiro

4. Apreciação e votação do parecer referente à [Proposta de Lei n.º 47/XVI/1.ª\(GOV\)](#) - Aprova o novo Estatuto da Carreira Diplomática.

Deputado relator: Paulo Neves (PSD)

5. Apreciação e votação do parecer referente à [Proposta de Resolução n.º 2/XVI/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova, para ratificação, as emendas ao Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, adotadas pelas Resoluções n.ºs 259 e 260, na 32.ª Reunião Anual do Conselho de Governadores, realizada em Samarcanda, Uzbequistão, a 18 de maio de 2023.

Deputado relator: João Paulo Rebelo (PS)

6. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 619/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda que o Governo inicie o procedimento, junto do Conselho da União Europeia, para que o movimento Huti seja designado como uma organização terrorista.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.ª SL

7. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 645/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que exprima o desagrado de Portugal junto da República da África do Sul pela recente aprovação de uma lei de expropriação de terras.
8. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 559/XVI/1.ª \(L\)](#) - De condenação pelas declarações do Presidente Donald Trump preconizando a limpeza étnica do território palestino de Gaza.
9. Fixação da Redação final referente ao [Projeto de Resolução n.º 437/XVI/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo Português o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique e a adoção de uma postura firme em defesa da democracia.
10. Apreciação e aprovação das atas:

Ata n.º 42, de 5 de fevereiro de 2025

Ata n.º 43, de 11 de fevereiro de 2025

11. Outros Assuntos

_____ // _____

A sessão foi iniciada sob a presidência do Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Rodrigo Saraiva (IL), que saudou os Deputados presentes.

No **Ponto 1.** informou que:

- a) o Grupo Parlamentar do BE havia solicitado o adiamento do ponto 6. da ordem do dia e o Grupo Parlamentar do CH solicitado o adiamento do ponto 7.;
- b) O Senhor Secretário de Estados das Comunidades Portuguesas tinha confirmado a disponibilidade para o agendamento de audição a requerimento oral do Grupo Parlamentar do PS, para prestar esclarecimentos sobre a situação da comunidade portuguesa residente nos EUA e os planos do Governo português para garantir os interesses dos nossos concidadãos residentes no país, no dia e hora sugeridos (25 de fevereiro, pelas 15H00);
- c) O Grupo Parlamentar do CH havia enviado, no dia anterior, pelas 14h20, um requerimento para a audição urgente do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.^a SL

Estrangeiros, Dr. Paulo Rangel, a respeito das declarações inusitadas por ele produzidas a respeito do Hamas e de Israel no dia 13 de fevereiro de 2025.

O Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) apresentou o requerimento, tendo começado por situá-lo e enquadrá-lo. Destacou que, conforme revelado pela Revista Sábado e pela CNN, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) teria acusado alguns Deputados de serem "terroristas anti-Hamas". Frisou que o mais relevante não seria a conversa em si, mas as implicações sobre a visão do MENE quanto aos aliados históricos de Portugal, nomeadamente Israel, e a relação com o movimento terrorista Hamas. Ressaltou que o termo "aliados anti-Hamas" sugere apoio a uma organização terrorista. Considerou essencial esclarecer se a posição do MENE refletia uma posição pessoal ou a orientação do Governo, e pediu que isso fosse esclarecido em comissão.

Intervieram os Deputados Paulo Neves (PSD), que expressou perplexidade pelo requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, criticando a banalização de figuras regimentais como a convocação de ministros para esclarecer conversas privadas. Considerou lamentável a sugestão de um "programa oculto" do Governo, defendendo que isso seria infundado. Apelou à seriedade nas práticas parlamentares e pediu ao Grupo Parlamentar do CH que reconsiderasse o pedido, advertindo que o Grupo Parlamentar do PSD votaria contra caso contrário. João Paulo Rebelo (PS) anunciou o voto contra do Grupo Parlamentar do PS, alinhando-se com o raciocínio apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Apontou que a entrada do requerimento não tinha cumprido o prazo regimental de 24 horas anteriores à reunião da Comissão, sublinhando a importância de respeitar as regras para o bom exercício democrático. Defendeu que, apesar de o Parlamento ser um órgão de escrutínio, não se devia criar obstáculos ao desempenho governamental. Concluiu destacando o apelo do Presidente da Comissão para convocar membros do Governo apenas quando as questões fossem realmente relevantes. Maria Matias (BE) manifestou que o Grupo Parlamentar do BE não podia acompanhar o requerimento apresentado, acusando o Grupo Parlamentar do CH de tentar descredibilizar as instituições do país a partir de dentro. Defendeu que não se devia convocar audições baseadas em suspeições sem base em declarações oficiais, alertando para a estratégia do Grupo Parlamentar do CH de enfraquecer o trabalho parlamentar. Reforçou que o uso indevido das figuras regimentais e dos procedimentos devia ser monitorizado para evitar fragilizar a instituição. João Almeida (CDS-PP) afirmou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP também não acompanharia o

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.ª SL

requerimento, argumentando que não se podia convocar membros do Governo para ouvir sobre conversas privadas, seja qual for a sua veracidade. Enfatizou que o tema em questão era extremamente sensível e que submeter o Parlamento a um debate nesses termos prejudicaria a diplomacia portuguesa. Destacou que a posição de Portugal foi reafirmada recentemente, tanto no Parlamento como no Médio Oriente, onde o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros tinha transmitido pessoalmente a posição do Governo português, que era clara e consistente, sem qualquer agenda oculta. Ricardo Dias Pinto (CH) sublinhou que o chefe da diplomacia portuguesa não se podia separar da sua função, mesmo em privado. Salientou que a admiração do MENE pelo movimento terrorista Hamas não tinha ficado esclarecida. Paulo Neves (PSD) condenou a leviandade e a gravidade da acusação contra o MENE de Portugal, sublinhando que era inadmissível acusá-lo de apoiar um grupo terrorista sem qualquer fundamento. Lamentou profundamente as declarações do Grupo Parlamentar do CH.

Colocado à votação, o requerimento foi **rejeitado** com os votos contra dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e IL, votos a favor do CH e registo da ausência do PCP e L.

- d) Informou da baixa à comissão no anterior dia 13 de fevereiro, das seguintes iniciativas para apreciação na generalidade que, devido ao curto prazo e ao não cumprimento dos prazos mínimos regimentais para a elaboração das notas técnicas relacionadas com as iniciativas mencionadas, em razão do tempo necessário para o trâmite regimental até à reunião de Plenário agendada para o dia 21 de fevereiro, não tinha sido possível elaborar as referidas notas técnicas:

[Projeto de Lei n.º 521/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Garante que a remuneração dos trabalhadores dos serviços Periféricos Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros é determinada em euros, alterando o Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril;

[Projeto de Lei n.º 522/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Aprova um mecanismo extraordinário de garantia de proteção social dos trabalhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.ª SL

[Projeto de Lei n.º 533/XVI/1.ª \(PS\)](#) - Consagra o acesso ao passaporte especial para os funcionários consulares em funções no estrangeiro, alterando o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio;

- e) Informou que o Grupo Parlamentar do PS tinha solicitado, de forma a assegurar a tramitação mais célere da Proposta de Lei n.º 47/XVI/1.ª (GOV) que autoriza o Governo a aprovar o Estatuto da Carreira Diplomática, que fosse promovida a **audição por escrito** da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses sobre o teor da referida proposta e do respetivo decreto-lei autorizado, para que, caso a mesma fosse recebida antes de 6.ª feira, 21 de fevereiro, pudessem ter lugar as três votações em plenário.
- f) Relembrou que, como tinha já sido informado junto da coordenação dos diferentes Grupos Parlamentares por correio eletrónico e na reunião do passado dia 11 de fevereiro, iria decorrer nos dias 23 a 25 de março de 2025, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (CiP PESC/PCSD), em Varsóvia. A Comissão, que liderará a delegação, devia indicar dois Deputados (PS e PSD), sendo urgentes estas indicações;
- g) Informou que o Gabinete do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares tinha assinalado os contactos a estabelecer junto dos Embaixadores no exterior indicados para audição nesta Comissão. O Presidente da Mesa propôs que as referidas audições tivessem lugar às terças-feiras, pelas 15h00 ou quartas-feiras, pelas 11h30. Ficou consensualizado entre os Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e CDS-PP que as referidas audições tivessem lugar às terças-feiras pelas 15h00.
- h) Informou do pedido de audiência do Mecanismo de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD). Foi consensualizado entre os Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e CDS-PP a realização da audiência no formato de Mesa e Coordenadores, dia 26 de fevereiro, às 14h00.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.^a SL

No **Ponto 2.** informou da baixa de iniciativas, tendo os Grupos Parlamentares da IL e PSD informado que pretendiam a discussão das respetivas iniciativas, respetivamente, em Comissão e Plenário.

No **Ponto 3.** interveio o Deputado João Paulo Rebelo (PS) para informar que o Grupo

No **Ponto 4.** o Deputado Paulo Neves (PSD) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Resumiu a proposta do Governo, que visava modernizar a carreira diplomática, a qual não era revista há 27 anos. Informou que a proposta tinha introduzido mecanismos de avaliação mais rigorosos e baseados no mérito, promovendo a transparência nas promoções internas. Destacou a criação de um período experimental de dois anos para adidos de embaixada, com avaliações criteriosas para decidir sobre a continuidade na carreira. Também mencionou a introdução de representantes diplomáticos itinerantes, assim como a obrigatoriedade de mobilidade global, beneficiando a participação de diplomatas portugueses nas instituições da União Europeia. Referiu a definição de critérios claros para promoções, incluindo tempo de serviço, formação e avaliação de desempenho. Realçou que a proposta apresentava uma atenção especial às famílias dos diplomatas. Intervieram os Deputados José Luís Carneiro (PS) solicitou antecipação de pontos relevantes sobre medidas previstas para as famílias dos diplomatas, destacando a importância da auscultação da Associação Representativa dos Diplomatas. Paulo Neves (PSD) abordou o apoio às famílias dos diplomatas, agora ajustado ao número de dependentes. Informou que o Ministério passaria a cobrir despesas de regresso a Portugal, antes não contempladas, de acordo com o agregado familiar. Referiu que a medida respondia a preocupações antigas, incluindo os custos de transporte dos bens. Informou que a Associação dos Familiares dos Diplomatas tinha manifestado satisfação com a proposta do Governo, tendo, pela primeira vez, um ministro reunido diretamente com a Associação, demonstrando maior valorização daquela questão. José Luís Carneiro (PS) questionou sobre a possibilidade de os cônjuges dos diplomatas exercerem atividades profissionais, algo anteriormente vedado. Destacou a relevância social e humanitária dessa compatibilização, bem como o impacto nas contribuições para a segurança social. Referiu o longo processo desenvolvido no Ministério dos Negócios Estrangeiros para solucionar esta limitação. Solicitou esclarecimentos sobre as medidas previstas para garantir direitos e aposentação dos cônjuges. Paulo Neves (PSD) sugeriu o envio da proposta do Governo, destacando o artigo n.º 88 como esclarecedor. João Paulo Rebelo (PS) reforçou a urgência de receber o parecer da Associação Sindical dos

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.^a SL

Diplomatas Portugueses ainda no decorrer daquele dia, dado que o Plenário tinha sido antecipado para o dia seguinte. Destacou a necessidade de acesso ao documento para permitir a votação atempada. Relembrou que não tinha existido contacto prévio, tornando essencial a sua rápida disponibilização. O Presidente da mesa, Deputado Rodrigo Saraiva (IL) informou que, devido ao agendamento da moção de censura, o Plenário de sexta-feira, dia 21 de fevereiro, tinha sido antecipado para quinta-feira, dia 20 de fevereiro. Destacou que a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses já tinha sido contactada pelos serviços de forma a acelerar o envio do parecer ainda no decorrer daquele dia. Mais informou que, assim que disponível, o parecer seria distribuído pelos Grupos Parlamentares. Paulo Neves (PSD) subscreveu a preocupação manifestada pelo Grupo Parlamentar do PS, concordando com a urgência do processo. Questionou o que aconteceria caso a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses não fizesse chegar à Comissão o parecer no decorrer daquele dia. O Presidente da mesa, Deputado Rodrigo Saraiva (IL), reforçou que a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses já tinha sido contactada e estaria ao corrente da urgência de fazer chegar o parecer no decorrer daquele dia, tendo informado que iria agir de acordo. Ricardo Dias Pinto (CH) agradeceu o trabalho do Deputado relator.

Colocado à votação, o relatório foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, BE e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP e do L.

No **Ponto 5.** o Deputado João Paulo Rebelo (PS) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Salientou a relevância da iniciativa em apreço. Referiu que as emendas ao Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento permitiam a expansão das operações para a África Subsaariana e o Iraque. Informou que eliminavam também a limitação do capital estatutário, reforçando a capacidade de investimento. Informou que a medida visava assegurar uma atuação mais eficaz face às exigências globais. Intervieram os Deputados Paulo Neves (PSD) e Ricardo Dias Pinto (CH) felicitando o Deputado relator.

Colocado à votação, o relatório foi **aprovado por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.^a SL

O **Ponto 6.** foi adiado por solicitação do Grupo Parlamentar do BE.

O **Ponto 7.** foi adiado por solicitação do Grupo Parlamentar do CH.

No **Ponto 8.** o Grupo Parlamentar do L prescindiu, antecipadamente, da apresentação. Colocado à votação, o projeto de voto (com as alterações emanadas da reunião anterior da Comissão) foi **rejeitado** com os votos contra dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD e CH, votos a favor do PS, BE e IL, registando-se da ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 9.**, colocada à votação, a redação final foi **aprovada por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 10.**, intervieram os Deputados Paulo Neves (PSD) e Rodrigo Saraiva (IL), informando que tinham sido entregues declarações de voto em nome dos respetivos Grupos Parlamentares sobre os projetos de voto, e que essas declarações estavam devidamente inseridas nas atas.

Colocadas à votação, as atas foram **aprovadas por unanimidade** com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL e BE, registando-se a ausência do PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 11.** não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 12:25 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro de 2025,

P'º VICE-PRESIDENTE

(Rodrigo Saraiva)

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 44/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço (PSD)
Bruno Ventura (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Gilberto Anjos (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
José Dias Fernandes (CH)
Ricardo Dias Pinto (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Marisa Matias (BE)
André Rijo (PS)
José Luís Carneiro (PS)
João Pinho De Almeida (CDS-PP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Flávio Martins (PSD)
Fernando Medina (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Manuel Magno (CH)
Rui Tavares (L)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)
Paulo Edson Cunha (PSD)
Edite Estrela (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paula Santos (PCP)
Paulo Nuncio (CDS-PP)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Liliana Reis (PSD)
Eurico Brilhante Dias (PS)
Pedro Pessanha (CH)